



00100.157661/2018-15
02010210 (2/50/E)
Câmara Municipal
Jundiaí
SÃO PAULO

Of. PR/DL 807/2018

Jundiaí, em 21 de novembro de 2018

Exmo. Sr.
Presidente do Congresso Nacional
Senador Eunício Oliveira
Brasília/DF

Junto-se ao processado do
PLS
nº 580, de 2015.
Em 12/12/18

[Handwritten signature]
Sen.
Paulo Paim

Encaminho, por cópia anexa, a MOÇÃO N.º 166, de autoria do Vereador Antonio Carlos Albino, aprovada na 84.ª Sessão Ordinária, nesta data.

Grato pela gentil atenção, apresento respeitosas saudações.

[Handwritten signature]

GUSTAVO MARTINELLI
Presidente






MOÇÃO Nº 166

APOIO ao Projeto de Lei nº 580/2015, de autoria do Excelentíssimo Senador Waldemir Moka (MDB-MS), que altera a Lei de Execução Penal para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

APRESENTADA


Presidente
13/11/2018

APROVADO


Presidente
21/11/2018

Os números e o ambiente de violência no Brasil, especialmente no corrente ano de 2018, mostram um cenário alarmante e desesperador. No ano de 2016, o Brasil chegou à taxa de 30 assassinatos para cada 100 mil habitantes, índice que chega a ser 30 vezes maior do que na Europa, o que demonstra claramente que algo tem de ser mudado e rápido. Nosso código penal datado de 1940, já obsoleto e arcaico, faz com que a impunidade impere em nosso país; sem contar o desperdício de dinheiro público com inúmeras prisões e, conseqüentemente, demandas ao Poder Judiciário. São enormes volumes de papéis, documentos, provas, diligências policiais, gastos com viaturas e combustíveis, para que, muitas vezes, o indivíduo não permaneça preso pelo delito cometido.

Diante do peso que a população carcerária traz aos cofres públicos, pago, logicamente, pelos tributos que recaem sobre a população brasileira já sofrida com a enorme caga tributária, ainda temos de conviver com o desconforto de saber que, um dia qualquer, um desses apenados posto em liberdade poderá retornar às ruas e atentar contra o cidadão de bem cumpridor de suas obrigações.

Segundo os últimos dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciária (Infopen), de 2016, o custo médio mensal de cada preso no Brasil é de R\$ 2.440,00, sendo que a população carcerária que o país possuía até junho de 2016 era de 726.712 presos. Associado a isso, temos que a capacidade máxima do sistema penitenciário é de apenas 358.663 presos, ou seja, atualmente vivemos uma realidade de 100% de sobrecarga, gerando um estrondoso gasto mensal de cerca de um bilhão e setecentos milhões de reais com o sistema penitenciário.



(Moção n.º 166 – fls. 02)

A LEP – Lei de Execuções Penais já determina que o preso condenado está “obrigado” ao trabalho, na medida de suas aptidões e capacidades, com uma jornada que não poderá ser inferior a seis horas, nem superior a oito horas diárias, e com direito a descanso nos domingos e feriados. Nesse sentido, sua alteração visa ao ressarcimento obrigatório do apenado ao Estado com os gastos durante sua permanência no cárcere.

Tendo em vista essa situação, acompanhamos com interesse a proposição do Excelentíssimo Senador Waldemir Moka (MDB-MS), através da PLS nº 580/2015, que pretende alterar a Lei de Execução Penal para que o ressarcimento ao Estado seja obrigatório, devendo o preso pagar por sua manutenção no presídio, independentemente das circunstâncias, de possuir recursos próprios ou não. Ou seja, se for hipossuficiente, o apenado pagará com trabalho, e, caso o apenado tenha condições financeiras para manter-se no sistema, mas se recuse a pagar, será inscrito na dívida ativa da Fazenda Pública.

Diante do exposto,

Apresentamos à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta MOÇÃO DE APOIO ao Projeto de Lei nº 580/2015, de autoria do Excelentíssimo Senador Waldemir Moka (MDB-MS), que altera a Lei de Execução Penal para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.

Dê-se ciência desta deliberação a:

1. Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira;
2. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia;
3. Ministro da Justiça, Sr. Torquato Jardim;
4. Senador Waldemir Moka.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 2018.


ANTONIO CARLOS ALBINO
'Albino'

Brasília, 10 de dezembro de 2018.

Senhor Gustavo Martinelli, Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Of. PR/DL 807/2018, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2015, que “*Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção.*”.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123021>.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

